

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2015:**

*Aos dezanove dias do mês de janeiro do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo, Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Helder Martinho Valente Simões, Dra. Ana Maria de Jesus Silva e Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira.***

===== Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo **Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.** =====

===== Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 9h e 40m. =====

===== Não esteve presente na reunião a **Vereadora Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal**, por se encontrar em representação do Município. =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== Dando início à reunião o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador **Dr. Isidro Figueiredo** que fez a seguinte intervenção: Muito bom dia a todos. Gostava de referir aqui algumas questões e alguns eventos que ocorreram em Oliveira de Azeméis. Começava justamente pelo regresso do Carnaval às ruas da cidade de Oliveira de Azeméis que, como todos puderam testemunhar, envolveu a população, não só através do movimento associativo como também de grupos organizados que de alguma forma deram uma participação muito interessante do ponto de vista da manifestação e daquilo que é o sentido do Carnaval, bem como de muitas pessoas que encheram por completo as ruas por onde passou o curso carnavalesco. Portanto, é uma tradição que se retoma, que teve enorme sucesso e que teve uma grande adesão, o que significa que é também uma aposta que o movimento associativo faz através da FAMOA e que tem desde sempre a colaboração da Câmara Municipal, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista da organização. Fica o registo desta manifestação popular, que o é, enquanto Carnaval do povo e para o povo. Também gostava de dar aqui uma nota relativa à celebração dos trinta e cinco anos da Associação Recreativa e Cultural de Loureiro, que teve como ponto alto da celebração dessa data a presença de diretores que fizeram parte dos órgãos sociais desta associação desde 1980, altura em que foi fundado, até aos dias de hoje e que é de alguma forma também uma das associações de referência de

Loureiro e do Município de Oliveira de Azeméis. Foi também com o empenho da Câmara Municipal, foi assumido há cerca de um ano essa colaboração, para que esta associação tivesse finalmente o estatuto de utilidade pública e hoje posso já confirmar de que na semana passada foi atribuído esse estatuto de utilidade pública à Associação Recreativa e Cultural de Loureiro. Também eu gostava de referir aqui a iniciativa desenvolvida pelo Núcleo de Ambiente e Conservação da Natureza e que tem a ver com a plantação de árvores no Parque do Cercal, integrado no projeto “Plantar cem mil árvores” e que foi destinado sobretudo à replantação de árvores autóctones. Nesta iniciativa que decorreu em dois dias diferentes foram plantados cerca de seiscentos sobreiros e contou com a colaboração de algumas instituições, entre as quais os alunos da Cerciaz, os Cadetes dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, duas turmas da Escola Comendador Ângelo Azevedo e ainda o ATL da Misericórdia de Cucujães. Tem sobretudo a dinâmica de querer dar um enfâse às árvores autóctones e aqui simbolizada através da plantação de cerca de seiscentos sobreiros no Parque do Cercal. Finalmente, gostava de dar uma nota também sobre o Programa Aproximar a Educação, que no âmbito das reuniões de trabalho que têm sido desenvolvidas com os municípios envolvidos neste processo, Oliveira de Azeméis teve uma reunião de trabalho na semana passada em Lisboa, foram discutidas algumas questões relacionadas quer com a matriz de competências, quer com o modelo de financiamento e, portanto, ficou também o compromisso de nós brevemente recebermos uma nova proposta que acolha algumas das críticas e sugestões que estão a ser feitas pelos diferentes municípios e logo que haja novos documentos serão disponibilizados como sempre. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Bom dia a todos. Um conjunto de notas. A primeira delas, em sequência da intervenção do Colega Isidro Figueiredo, obviamente que nos associamos às comemorações dos trinta e cinco anos da Associação Recreativa e Cultural de Loureiro, estivemos presentes, estivemos na mesma mesa e, portanto, tivemos oportunidade de conversar com o seu Presidente e obviamente que foi dito que o estatuto de utilidade pública facilita e de que maneira o cumprimento da missão desta associação. É um facto que estiveram presentes vários elementos que fizeram parte dos órgãos sociais passados e presentes obviamente, mas quero também realçar a presença da ADRITEM que tem estado ligada a esta associação e ao processo de requalificação das suas instalações. E, portanto, parabéns à Associação Recreativa e Cultural de Loureiro e oxalá continue durante muitos anos a desenvolver o intenso trabalho que tem desenvolvido em prol da sua comunidade. Também assinalar de forma breve os vinte anos da COMOSSELA. Obviamente que em relação ao curso carnavalesco eu julgo que foi o ano passado que eu defendi a sua importância, a prova está aí, é um evento que atrai milhares de pessoas, é obviamente também, como foi dito aqui, um teste à dinâmica do nosso movimento associativo, à sua capacidade de empreender e surpreender. Obviamente que este é um momento onde os Oliveirenses se unem, é um momento onde os Oliveirenses se divertem e, portanto, obviamente é um momento que é importante naquilo que é a atividade cultural do município e espero eu que seja um momento para se repetir. Eu queria aqui deixar mais algumas questões, uma delas tem a ver com um assunto que

foi aqui discutido recentemente na reunião de 04 de dezembro e que teve a ver com a atribuição de bolsas de estudo à Universidade de Aveiro. Se bem se recordam nós estamos a falar da atribuição de um subsídio à Ação Social da Universidade de Aveiro para premiar alunos de mérito, com um subsídio no valor de € 1.750,00. Na altura foi dito, de forma mais ou menos perentória, que este assunto já tinha vindo a este executivo para apreciação. Ficaram de nos entregar essas informações sobre a vinda desse assunto à reunião de Câmara, na altura nós ficamos surpreendidos e objetivamente era algo de que nós não nos recordávamos, tendo sido nós protagonistas da apresentação de uma proposta para atribuição de bolsas de estudo a estudantes. Foi de certa forma um assunto que nos ficou retido e, portanto, gostaríamos de saber em que circunstâncias este assunto foi abordado pelo Executivo Camarário. Outra coisa que eu lhe queria perguntar, Senhor Presidente, de forma muito breve, é se aquele conjunto de denúncias que lhe entreguei, se já tomou alguma diligência interna no sentido de averiguar os factos nelas relatados. Obviamente que aquilo que nos preocupa é o facto do nome de todo o Executivo estar em causa, são feitos um conjunto de acusações, um conjunto de insinuações e, portanto, objetivamente é nossa obrigação esclarecer se as mesmas têm ou não algum fundamento. Portanto, Senhor Presidente, tem mês e meio, e agradecia que o mais urgentemente possível nos desse conta daquilo que já foi averiguado, daquilo que já foi esclarecido, para que nós tomássemos conhecimento de todos esses factos. Ressalvar também aqui um prémio, não sei se já foi aqui referido em reuniões anteriores do Arqt.º Carlos Castanheira, mais um prémio, desta vez um prémio na categoria de Escritório do Prémio Internacional Archdaily com o edifício "The Building on the Water", na China. Projeto muito bonito, muito interessante, em coautoria com um dos grandes nomes da arquitetura portuguesa, o Arqt.º Siza Vieira e, portanto, julgo que está na altura da autarquia reconhecer mais uma vez o trabalho que este Arqt.º tem feito e apesar de não ser de Oliveira de Azeméis, tem sido um grande contribuinte para a projeção do nome do nosso concelho não só em Portugal mas também além-fronteiras. Muitos dos prémios que ele tem recebido são prémios de dimensão nacional e quando estamos a falar de prémios de dimensão internacional estamos a falar nos fóruns mais importantes que existem na área da arquitetura. Portanto, julgo que devemos apresentar um voto de louvor ao Senhor Arqt.º Carlos Castanheira pelo extraordinário trabalho ou então reconhecer de outra forma esse trabalho, interessa esse reconhecimento. Um assunto que realmente me leva a intervir é precisamente o Centro Hospital de Entre o Douro e Vouga. Não tendo eu dúvidas que o Senhor Presidente acompanha esta matéria com toda a preocupação, o que é um facto é que nós devemos olhar para isto com manifesta preocupação. Todos nós temos conhecimento dos movimentos, e são vários, de vária ordem, de vária natureza e de vários sentidos, que neste momento existem na área da saúde. O mais recente e é um assunto que tem alguma acuidade, prende-se com a transferência para a Misericórdia da gestão do Hospital de S. João da Madeira. Acho que todos nós percebermos que se isso se vier a efetivar, que se isso vier a acontecer, o Hospital S. Miguel ficará em maus lençóis, ficará numa situação de dificuldade e será o próximo candidato a seguir os mesmos passos. Eu, é uma opinião pessoal, acho que a

natureza da Santa Casa da Misericórdia, ou das Misericórdias, não é prestar cuidados de saúde, no passado tiveram essa responsabilidade mas faziam-no numa perspetiva mais assistencialista do que de curativa e, portanto, eu julgo que se nós permitirmos que os cuidados de saúde passem de novo para a esfera das misericórdias acho que estamos a dar um retrocesso, estamos a dar um salto para trás, um passo para trás naquilo que tem sido, digamos, a evolução do Serviço Nacional de Saúde, que é algo que nos deve orgulhar a todos e é um esforço que tem sido feito ao longo dos anos e que obviamente é um esforço de todos os portugueses em termos um serviço nacional de saúde público que nos orgulha, que ombreia e que rivaliza com os melhores sistemas de saúde do mundo. Portanto, devemos olhar para a questão destes movimentos em torno da saúde com profunda preocupação. Nós neste momento ainda não temos delineado o novo Conselho de Administração do Centro Hospitalar, mas logo que esteja nomeado esse Conselho de Administração acho que devemos reunir com eles, o Partido Socialista naturalmente que se disponibiliza, caso o Senhor Presidente assim o entenda, de participar nessa reunião, com o objetivo de percebermos qual é a estratégia, não só para o concelho de Oliveira de Azeméis, mas também para o concelho de Oliveira de Azeméis, que a nova Administração do Centro Hospitalar tem para a saúde do Distrito de Aveiro. Nós temos conhecimento de grandes constrangimentos que se passam no Centro Hospitalar de Baixo Vouga, grandes constrangimentos que se passam no Hospital S. Sebastião com notícias até recentes do falecimento, infelizmente, de um utente, problemas de falta de médicos e enfermeiros e problemas de falta de camas. Há um conjunto grande de constrangimentos que tem implicado na qualidade dos cuidados de saúde que se tem prestado. Eu, pessoalmente, acho que o Hospital S. Sebastião está a concentrar em si um conjunto de valências e um conjunto de competências que leva a que ele tenha dificuldade em dar resposta a todos os utentes a que eles se dirigem. Aqui aparece como alternativa, como aliviar da pressão que esse hospital sente, o papel que o Hospital S. Miguel pode prestar. E, portanto, o Senhor Presidente concordará comigo, que nós já tivemos aqui uma outra valência que infelizmente não correu muito bem mas tivemos aqui valências que eram referências, completas referências, valências extraordinárias e nomeadamente a pediatria. Portanto, nós temos condições para procurar, isto não é negociar porque não se devem fazer este tipo de afirmações na área da saúde, mas devemos procurar sensibilizar a nova administração para que o nosso hospital tenha um reforço das suas competências, um reforço das suas valências. Tínhamos um bloco operatório para cirurgias em ambulatório que funcionava muito bem. Se nós não fizermos esse papel, se não fizermos esse esforço, se não procurarmos sensibilizar o Conselho de Administração, o que vai acontecer mais cedo ou mais tarde, infelizmente é a metodologia que é utilizada, esvaziam-se os serviços públicos de competências para a seguir demonstrar a sua falta de necessidade e, portanto, concentrarmos os serviços. Portanto, nesta matéria eu acho que estamos todos de acordo, o Hospital de S. Miguel tem um papel importantíssimo, não só por causa da sua localização geográfica, mas sobretudo pela possibilidade que tem de servir um conjunto vasto de população e, portanto, é fundamental que todos nos unamos para que este hospital reforce aquilo que é o

seu passado. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que disse: Bom dia a todos. Só fazer umas breves referências em relação ao último fim-de-semana. Salientar a excelente organização da Rota do Moleiro, uma prova organizada em parceria com a Câmara Municipal e a Associação de Cicloturismo do Centro, uma prova que se realizou na zona do Parque Temático Molinológico e que além de presentear uma excelente prova em termos competitivos ficou patente e demonstrado a capacidade daquele parque para acolher este tipo de iniciativas. É um Parque bastante esquelético, com uma beleza bastante particular. Mostrou-se algumas referências nomeadamente atletas que vieram de outros concelhos, de outras regiões. É uma prova de extrema beleza e é uma prova que certamente fará parte do panorama nacional da modalidade. Dizer que tivemos mais uma vez o nosso cortamato em atletismo multigeracional, tivemos todos os clubes de Oliveira de Azeméis, muita gente de outras regiões, é uma iniciativa que se tenta de forma singela, de forma muito simples, fazer com que haja miúdos e crianças atentas a esta modalidade, que é uma modalidade popular no nosso país, e nós através deste intercâmbio multigeracional focamos a nossa preocupação no sentido da prática regular da atividade física. Dizer-vos que na próxima semana se realiza mais uma vez a Bolsa de Turismo de Lisboa, a BTL, onde Oliveira de Azeméis estará mais uma vez presente de uma forma integral, durante cinco dias teremos oportunidade de promover a nossa gastronomia, a nossa acultura, a nossa arte, os nossos artistas, as nossas tradições, será um em ano que nós vamos apostar no slogan “Sabores de Azeméis”, já que somos Terra de Culinária. Será este o nosso slogan de promoção na BTL, uma forte implementação na área da gastronomia. Teremos também todos os dias momentos de atração e de interação com os operacionais, com os profissionais do turismo nacional, mas certamente também muito com o público. Teremos claramente a promoção dos nossos produtos de referência mas também o salientar para os nossos principais eventos de captação cultural, nomeadamente o Mercado à Moda Antiga, a Noite Branca e também as várias questões relacionadas com a Terra de Culinária. Teremos também a promoção do calçado de Oliveira de Azeméis, com o desfile dos sapatos de Luís Onofre, mas essencialmente teremos também connosco quase todos os agentes operativos do turismo de Oliveira de Azeméis e queremos que sejam cinco dias onde nós apostaremos na divulgação dos produtos oliveirenses que são manifestamente reconhecidos e que nós queremos potencializar. A par disso temos também feito uma aposta muito grande na atividade, na promoção da nossa própria loja do turismo, loja interativa do turismo, onde temos tido programas de ocupação da própria loja, numa interatividade muito grande também com outros municípios. Neste momento decorre lá uma exposição do “Namorar Portugal” até ao final deste mês, mas todos os meses teremos uma atividade específica de valorização da nossa relação com a região norte essencialmente. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto que disse: Eram alguns assuntos, alguns deles recorrentes, mas já agora antes de falar deles, uma nota sobre uma iniciativa que foi levada a efeito na Escola Superior Aveiro Norte relativamente à plantação de sobreiros, é muito interessante que nós tenhamos participado nessa iniciativa em termos da Área Metropolitana.

Também acrescentar que a Escola Ferreira de Castro também participou com seis alunos e eu próprio também participei no dia 11 numa iniciativa, numa iniciativa que foi muito participada e de facto é muito importante ter as crianças a fazer matérias tipo de práticas, tratando-se até de um sobreiro, de uma árvore autóctone, é de todo relevante que as crianças valorizem e que seja valorizado esse papel de voluntariado. De qualquer modo, eu acho que há aqui uma questão importante, eu sei que é uma questão técnica e que tem a ver com as áreas, mas se o Senhor Presidente passar, e certamente já passou, junto do local vai perceber que a densidade de árvores que está naquele local é de tal ordem que se os sobreiros, alguns deles naturalmente que não vão vingam e terão que ser acompanhados, vingarem todos não é possível ter ali aqueles sobreiros com aquela densidade. Aquilo teve a ver com o projeto, o programa de plantação, tem a ver com a área, disse-me a Eng.º Andrea que tem a ver com uma questão técnica, mas honestamente quem deu essa indicação claramente foi a indicação do departamento que tutela estas questões de plantio, mas não tem sentido, aquelas copas vão estar todas umas em cima das outras. Era só uma nota porque penso, isto salvo melhor opinião, que aquela questão deve ser abordada nesta fase, nesta fase eu não sei se é possível corrigir, já lá estão um conjunto de sobreiros, não sei se é possível corrigir. É uma nota que eu deixaria aqui. A densidade é muito elevada, para uma árvore com uma copa enormíssima. Uma segunda nota, eu também estive a ponderar se havia ou não de falar dela, até porque hoje está cá a comunicação social, era sobre as margens do Rio Caima, que eu acho que é interessante, embora sob o ponto vista de choque quem não conhecer a zona pode até ficar com má impressão, mas penso que quem a visitar vê lá a beleza natural e as várias intervenções que lá foram feitas. Algumas delas são de salientar como já o disse, mas não quero deixar de falar disso pelo seguinte: eu estive a ver a reparação que foi feita, Senhor Presidente, finalmente há condições para nós na zona que estava mais dificultada de passagem podermos transitar, uma vez que foi feito o talude e isso é importante, não era necessário tanto tempo, mas vamos admitir que há aqui questões que às vezes não são como nós queremos e esteve aquele tempo todo sem ser feito e agora foi feito felizmente e vamos continuar. Agora há uma coisa, Senhor Presidente, e vou dizer mais uma vez uma coisa que já disse, aquele ribeiro não pode ter o curso da água cortado, aquela zona está completamente degradada, a zona junto ao portão de acesso ao hotel, na parte junto ao rio, a parte poente. Senhor Presidente, não pode mesmo, aquilo tem que ser corrigido, nós estamos a acelerar a erosão do caminho, o caminho já tem lá rasgos enormes porque a água transborda quando o rio vem com o caudal superior àquilo que é normal e vulgar no inverno e aquilo está a cortar completamente aquela zona, mais dois ou três invernos assim e aquilo fica com um rasgo enorme. Perceber que aquilo ali não é uma solução e não tem sentido empresar lá a água para fazer a conduta da água até às lagoas, que são outro aspeto que eu acho que era importante nós olharmos para ele. As lagoas têm que ter uma solução diferente, ou são lagoas ou deixam de ser lagoas. Aquilo que estava lá era vergonhoso, aquilo que estava lá era um depósito de lamas de papel, de resíduos de papel durante muitos anos e que tinha de ser limpo, não há dúvida. As lagoas sob o ponto de vista turístico são interessantes, não tenho dúvidas nenhuma, aquilo era

bonito, mas não está e, portanto, aquilo tem que ter uma solução diferenciada, não sei qual, mas seguramente que pessoas que pensam nestas questões e que viram qual era o problema terão uma solução para aquilo. Se me quiserem colocar perante essas pessoas ilustres que fazem projetos em Oliveira de Azeméis ou de outros sítios quaisquer mas se calhar vieram lá uma ou duas vezes, eu não estou a dizer que conheça aquilo tão bem como as palmas das minhas mãos, mas conheço aquilo um bocadinho e sei que aquela zona ali não é fácil. Aquela zona ali provavelmente não terá possibilidades de ter aquelas lagoas bonitas, poderá ter outro tipo de intervenção mais restrita, enfim uma zona mais central como um lago, não sei, mais protegida das cheias, não faço ideia, mas era importante pensar nisso, porque esta fase é uma fase importante, bem sei que vem aí o verão qualquer dia, não vai ser possível fazer isto nesta altura. Senhor Presidente, é um dossier que eu sei que tem em cima da mesa e que gostaria que as correções fossem aceleradas, neste momento era importante, até porque há possibilidades de nós irmos mais uma vez, se calhar, refinar alguma coisa, não sei se é possível ou não e o município não terá tanto dinheiro para fazer aquilo sozinho. Se for de algum modo útil juntar um conjunto de pessoas que conhecem aquela zona, eu não sei se poderei estar incluído ou não, não estou a dizer para o fazer, mas há algumas pessoas que conhecem aquilo bem, juntá-las, sentá-las, ver qual é a solução, abrir isso um bocadinho à discussão pública. Aquele é um local muito agradável, é um local que pode e tem possibilidades de crescer para sul, para a zona jusante do rio como nós já no PDM prevemos, portanto, Senhor Presidente, nada de deixar aquele dossier muito tempo sem ter ali uma discussão. Eu acho que era importante juntar arquitetos paisagistas, juntar sociedade civil e ver qual é a melhor solução para aquela zona. Fiz esta intervenção, não tem nada a ver com a questão dos jornais, honestamente não tem, é uma questão que eu acho nos deve preocupar, porque é um local muito agradável em Oliveira de Azeméis e se nós conseguirmos continuar com a preservação e valorização desse espaço, com o usufruto desse espaço seria bom. Terceiro aspeto, marcação de ruas, Senhor Presidente, finalmente estamos aqui com um programa de marcação de ruas e é importante que as ruas sejam marcadas. Só há uma coisa e eu acho que o Senhor Presidente está atento a isso, nós não podemos marcar ruas que não tenham condições de transitabilidade ou que pelos menos ofereçam algumas dúvidas e algumas dessas ruas que não tinham marcações estão a ser intervencionadas. O que é que acontece? Acontece que à semelhança que o Senhor Presidente disse na Via do Nordeste, que é uma via que precisava de algumas intervenções e que havia a história da A32 e não podia ser marcada. Neste momento nós estamos a marcar ruas que se calhar deveriam ter sido intervencionadas, pelo menos em alguns troços, e isso era importante em acautelar, porque senão estamos a fazer uma coisa que é marcar, ter trabalho e depois a seguir temos que as intervencionar, sem termos a possibilidade de rentabilizar esse trabalho de marcação das ruas. Portanto, Senhor Presidente, ver isso com atenção juntamente com os técnicos, seguramente que os engenheiros e responsáveis farão essa avaliação melhor do que eu. Portanto, saber como é que isso está a ser feito e articular isso com o serviço técnico. Finalmente, um quarto ponto, o Prof. Isidro já falou um bocadinho, mas acho que nós temos que

reassentar o problema onde ele deve ser reassentado, o Programa Aproximar a Educação. Nós temos sido críticos sobre a forma como ele tem sido conduzido e de certa forma o Prof. Isidro também não adiantou muito. Este programa é um programa que os professores de um modo geral não precisavam dele, os pais não precisavam dele, os gestores vêm agora com uma nota crítica relativamente a todo este processo, o conselho de escolas também não precisa dele, portanto, há aqui um conjunto de princípios que independentemente das questões políticas que acha que deve ter responsabilidades nestas áreas. O Prof. David Justino quando começou a sua intervenção na Assembleia disse assim: “Os municípios que já fizeram as infraestruturas todas, que já têm o município a andar, já têm todos os problemas resolvidos, a seguir vão tratar da educação, da saúde e da cultura.” Senhor Presidente, honestamente vamos ser claros, ele não estava a falar para nós nessa matéria, estaria a falar para outros municípios eventualmente, mas não estaria a falar para nós. Nós devíamos debruçarmos de facto, não é para nos desligarmos obviamente da descentralização de competências, mas do meu ponto de vista Oliveira de Azeméis não tem lucro nenhum em avançar com um processo que é experimentalista, é um processo que está a ser criticado por um conjunto de parceiros e inclusivamente a Associação Nacional de Municípios Portugueses foi muito crítica relativamente a todo este processo e à forma como ele está a ser implementado. Obviamente que me vão dizer “vão estar sempre contra, o Partido Socialista está sem contra”, não, não é nada disso, a questão é que a forma como está a ser feito e a forma como está a ser conduzido é de desconfiar. E vou-lhe dizer uma coisa, aquilo que eu sinto e dizem-me os professores, dizem-me os diretores “nós não queremos criar problema, se o município quer nós não queremos criar problemas”. Ora bem, isso não pode ser, nós não podemos ter um negócio onde a outra pessoa, que é o parceiro, tem receio em criar problemas e isso é a coisa pior que pode acontecer. Eu acho que essa discussão nos concelhos gerais deve ser feita, eu acho que um político que avança com um processo destes ou tem a certeza absoluta que tem aqui um conjunto de pessoas convicto de que este processo vai avançar, porque eles vão ser os parceiros ativos, o município é um parceiro ativo mas as escolas vão ser parceiros ativos. Senhor Presidente, acho que nós deveríamos perceber de que a sociedade civil não quer isto assim, é uma anuência, mas nós nestas questões estratégicas não podemos só avançar por anuência, devemos avançar com cuidado. Era só isto. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Ricardo Tavares que fez a seguinte intervenção: Bom dia a todos. Eu tinha previsto propor a atribuição de um voto de congratulação ao Arqt.º Carlos Castanheira, também pelo prémio internacional de arquitetura que arrecadou em projeto conjunto com o Arqt.º Siza Vieira e associamo-nos a tudo o que foi dito pelo Vereador Eng.º Joaquim Jorge e à proposta de voto de louvor que foi feito. Para além disso, também no passado dia 07 de fevereiro comemoraram-se os cinquenta anos da Federação dos Bombeiros do distrito de Aveiro, nós estivemos presentes e associamo-nos a essa efeméride e tivemos também a oportunidade de felicitar os órgãos sociais por essa comemoração. No âmbito das comemorações foram homenageados todos os Presidentes da Federação ao longo dos cinquenta anos e foi com enorme satisfação que assistimos à homenagem feita ao nosso ex-

Comandante dos Bombeiros, Comandante Ramiro Alegria, que foi por duas vezes Presidente da Federação Distrital dos Bombeiros. Eu também propunha a atribuição de um voto de congratulação ao Comandante Ramiro Alegria por esta homenagem e por todo o seu percurso de vida ligado aos Bombeiros e à Proteção Civil, no Comandos dos Bombeiros e da direção da Corporação e pelos cargos com distinção que ocupou ao nível distrital. Para além disso e também em consequência, propunha que numa nova homenagem municipal ao mérito dos oliveirenses, que normalmente ocorre na comemoração do Dia da Cidade, 16 de maio, que não fosse esquecido o nome do Comandante e que houvesse o reconhecimento municipal do Mérito como Bombeiro, em homenagem a todo esse percurso de vida ao serviço da nossa comunidade e em representação da Corporação de Oliveira de Azeméis. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Muito bom dia a todos. Senhor Presidente, duas questões que já são recorrentes e que eu gostava manifestamente que tivessem resposta nesta reunião de Câmara. Uma delas era sobre o muro de Ossela. O Vereador Dr. Ricardo Tavares esclareceu: Informe-me junto dos serviços, está a decorrer o processo de contraordenação, efetivamente não existia licença na construção do muro, mas ainda não finalizou o processo de contraordenação e ainda não entrou também nenhum pedido de legalização. O Vereador Helder Simões continuou a sua intervenção: Com a mesma prontidão desafiava o Senhor Presidente para nos dizer quais é que são as candidaturas que o Município de Oliveira de Azeméis apresentou ao overbooking do QREN, principalmente as que são colocadas e apresentadas em nome do Município, se souber todas as outras que são das entidades privadas tanto melhor, mas pelo menos acho que as do município deviam ser do conhecimento público de todos os Vereadores e, portanto, até temos aqui hoje a comunicação social que até pode dar amplitude a essas informações. Duas outras notas, questionar sobre, já fiz essa questão no passado, a Calçada da Lomba e já aqui disse no passado que devia de ser das ruas que mais reclamações tinha no portal “A minha rua”, por parte de munícipes e perceber se existe alguma diligência neste sentido e se há possibilidade de repavimentar aquela via, porque o estado da via depois das intervenções da rede de gás, salvo erro, os paralelos nunca mais ficaram da mesma forma e aquela é uma ligação um bocadinho penosa para as viaturas. E também dizer aqui, Senhor Presidente, acho que é de tremendo mau gosto por parte da Indagua certo tipo de comunicações que fazem ou a forma como fazem certas comunicações aos munícipes, ainda mais quando tratam alguns munícipes, e já conheço vários, como abusadores, pessoas que violam sistematicamente a Lei, dizendo que são portadores de ligações ilegais à rede de saneamento. Obviamente que esses munícipes ficam indignadas da forma como são tratados, porque têm eles na sua posse os comprovativos do pagamento à Câmara Municipal das respetivas ligações de saneamento e, portanto, se o munícipe veio à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, no passado, requereu a ligação ao saneamento, pagou a ligação de saneamento à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e anos mais tarde denomina-lo de “aldrabão” porque tem uma ligação ilegal ao saneamento, convenhamos que não é benéfico do bom nome da autarquia e alguma coisa aqui se passou. E o que se passou

manifestamente foi que a Câmara Municipal ligou, fez as ligações, cobrou, recebeu o dinheiro e depois nunca mais cobrou a taxa de saneamento e não comunicou à Indaqua essa situação e por erros administrativos da Câmara Municipal e eventualmente da sua passagem para a Indaqua os munícipes estão a ser insultados com estas comunicações por parte da Indaqua. Portanto, Senhor Presidente, seria de bom-tom que a Indaqua do Município de Oliveira de Azeméis verificasse esta situação, que a Indaqua tivesse algum bom senso na forma como escreve as comunicações aos munícipes, porque nestes casos concretos que eu conheço os munícipes não têm responsabilidade nenhuma na matéria, pagaram e estão agora a ser catalogados como pessoas que não agiram de boa-fé. Esta é mais uma das situações que têm sido recorrentes com a Indaqua e eu aproveitava para voltar a questionar sobre esta matéria: Para quando a Comissão de Acompanhamento desta concessão porque começam a ser demasiados casos a necessitarem de um acompanhamento por parte do município. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Bom dia. No próximo dia 21 o nosso Tribunal faz cinquenta anos. Eu acho que nestas datas somos sempre convidados a fazer uma reflexão sobre a sua história e uma projeção para o futuro. E a história é uma história importante, aquela casa contribuiu de forma significativa para que o pilar da Justiça se realizasse para estas populações envolventes, aproximou a justiça e a realização da justiça para todas estas gentes. Foi um Tribunal que se impôs na região durante muitos anos, foi sede círculo durante muitos anos e por isso carrega em cima uma história que é de orgulho e de importância, efetivamente se nós agora olharmos o presente e projetarmos o futuro, eu vejo isso com alguma apreensão, continuo a dizer que esta reforma deu uma paulada significativa neste Tribunal, não tenho dúvidas nenhuma sobre isso. Aquela sede círculo que foi extinta, nós perdemo-la toda para Santa Maria da Feira. Hoje, e ao contrário do que dizem, o Tribunal é uma casa fantasma em alguns dos dias, coisa que não acontecia, porque as grandes instâncias é que trazem grandes julgamentos, muitas pessoas, muitas das coisas que nós temos hoje trouxe-nos efetivamente muitos processos e muitos papéis. Hoje já não é uma casa com muita gente e basta até perceberem isso nos senhores idosos que estão ali no jardim e que ocupavam muito do seu tempo a assistir aos julgamentos e que hoje acabam por nos dizer que não há nada para assistir. E, por isso, essa é uma realidade, não tenho dúvidas nenhuma sobre isso, podemos dizer que minoramos isso, claro que sim, já falamos sobre isso, mas efetivamente o tribunal perdeu competências. Para além disso, temos visto, e tem sido recorrente nos últimos tempos os rankings sobre as condições físicas dos tribunais, e, infelizmente, nesses rankings todos Oliveira de Azeméis aparece como um dos tribunais com piores condições físicas. Este é um índice de preocupação do presente. Resta ainda aquele problema que este tem, e tem todos os outros no país, que são a falta de funcionários de forma clara em todas as secções, nomeadamente nas execuções e alguns até no comércio, preveem-se mais quatro ou cinco funcionários que não serão substituídos porque nenhum tem sido substituído até agora e por isso tudo isto está a emperrar a máquina, está a dificultar a realização de uma justiça célere que era afinal o grande objetivo desta reforma. As pessoas têm que se convencer que as reformas só têm sucesso se

tiverem funcionários para as realizar, se não tiver não é possível. Por isso, o que eu apelava era que nós aproveitássemos essa data e colocássemos o nosso tribunal na agenda. Eu costumo dizer e digo muito isso aos meus colegas das redondezas que perderam também competências, que Oliveira de Azeméis tem uma coisa que eles não têm, que é essencial, e que são as pessoas. A justiça deve estar junto das pessoas e, portanto, nós tendo isto, que é a razão número um da justiça, devemos reivindicar para este tribunal as condições que ele merece e para as pessoas que lá trabalham. O Senhor Presidente já falou em tempos que havia conversações sobre uma possível intervenção no espaço físico e queria perguntar-lhe se tem algo em mente, porque efetivamente a melhor forma que nós tínhamos para festejar estes cinquenta anos do Tribunal era claramente termos um anúncio de uma intervenção no espaço físico. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: Relativamente aos votos de congratulação, julgo que estamos todos de acordo ao que foi proposto. Tive a oportunidade de falar com o Arqt.º Castanheira, estava ele a partir para a China, mal ele sabia que ia ser premiado. É muito gratificante para nós, porque é uma pessoa que não esconde as suas ligações a Oliveira de Azeméis e tem também muita obra feita, que se pode ver, e também premiada aqui na nossa região. Está de parabéns e merece que a Câmara Municipal reconheça essa situação. O voto de congratulação ao Comandante Alegria, acho que também não tem discussão, foi durante muitos anos, em momentos se calhar muito difíceis para os Bombeiros, se é que eles têm momentos fáceis, que acho que não têm, mas quando presidiu aos Bombeiros de Aveiro e, portanto, enaltecer esse espírito altruísta do Senhor Comandante Alegria que já está com uma proveta idade, mas ainda sempre presente, e esteve em Aveiro nesta homenagem. O Senhor Eng.º Joaquim Jorge tem razão naquela questão da Universidade de Aveiro, eu próprio me comprometi a dar-lhe nota, mas depois da sua intervenção eu fiquei aqui com uma dúvida e já agora partilho-a consigo, não tem nenhum problema, eu não tenho nenhuma espécie de dúvida que aquele apoio não era a primeira vez, mas se calhar fiquei com a dúvida de que pode ter sido a primeira vez que tenha vindo à reunião de Câmara. Eu confesso que não fui fazer nenhuma busca, nem pedi que isso fosse feito, assumo essa responsabilidade e vou mandar fazer isso, mas que não foi a primeira vez eu tenho a certeza absoluta e agora vou naturalmente ver essa informação e agradeço ao Senhor Eng.º ter falado sobre isso. Quanto à questão das denúncias que entregou, estamos a terminar uns esclarecimentos, há algumas questões que já estão prontas para enviar, se quiser posso mandar ou então aguardar e mandar depois uma série de esclarecimentos que lá estão, como aquilo também tem algum carácter confidencial e foi aqui pedido que assim fosse. A busca de informações às vezes nem é fácil naquelas matérias para o fazer de forma discreta, mas naturalmente que tudo tem explicação e as explicações são dadas e depois os Senhores agirão em conformidade com aquilo que entenderem depois das explicações que nós dermos. Relativamente à questão da saúde, é uma questão preocupante que o Senhor Eng.º aqui abordou, uma vez mais dando nota e é importante fazer essa referência, nós já mostramos no passado e devemos mostrar no presente e no futuro uma união e coesão naquilo que diz respeito às políticas de saúde. Acho que aí não há nenhuma diferença, não há nada que

nos divida, a nossa preocupação é a mesma e essa nossa estratégia tem conseguido ter algum êxito na questão do hospital, na questão das unidades de saúde familiares. E dizer que nós temos também no âmbito da Área Metropolitana do Porto um grupo de trabalho coordenado pelo Presidente da Câmara de Santo Tirso, que é médico de profissão, Dr. Joaquim Couto, na área da saúde e eu julgo que este mês haverá, ele tem reunido quer com o Ministério da Saúde, quer com a ARS, algumas explicações relativamente à estratégia da Misericórdia. Há duas misericórdias na Área Metropolitana do Porto que querem ficar com os hospitais, uma delas é a de S. João da Madeira. Há um conjunto de premissas que estão em cima da mesa, tem-se falado muito sobre isso, já não é de agora, se calhar já tem anos essa discussão e logo também que exista eu dou conhecimento ao Senhor Vereador dessas démarches, fazendo até um ponto de situação no âmbito até de uma escala extra Oliveira de Azeméis. Eu, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, tive a oportunidade de reunir com o Senhor Presidente da ARS no passado dia 29 de janeiro, que não sabia eu e não sabia o Senhor Presidente da ARS que era o último dia de trabalho dele. A reunião não foi desmarcada até foi simpático por parte do Prof. Castanheira Nunes, tive a oportunidade de conhecer o novo Presidente da ARS porque estava a fazer a transição da pasta, e a razão dessa reunião prendia-se com esta questão do que se estava a passar no Hospital S. Sebastião, em Santa Maria da Feira e suas implicações com os hospitais quer de Oliveira de Azeméis, quer de S. João da Madeira. Tive entretanto também uma reunião com o Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro que coincidiu precisamente com um dia de reunião de Câmara que eu não estive presente, também sobre a questão da saúde, nesta perspetiva também. É importante fazer esta referência e o Senhor Eng.º Joaquim Jorge fê-la e eu julgo que nunca é demais nós podermos também fazer essa avaliação. O que se passou no Hospital S. Sebastião, em Santa Maria da Feira, naqueles picos de afluência às urgências e não só, porque não é só nos dias de picos de afluência, os tempos de espera nas urgências são preocupantes e como sabem muitos dos nossos doentes estão a ser diretamente canalizados para Santa Maria da Feira e como sabem os tempos de espera causa transtorno para as famílias, mas causa também outro tipo de implicações até aos próprios Bombeiros que ficam retidos com as macas das ambulâncias durante horas e horas. Dizer-lhe que o Hospital S. Miguel, em Oliveira de Azeméis, tendo em conta até o seu historial foi uma situação que ajudou a desanuviar muito a pressão em Santa Maria da Feira, ou seja, as camas do Hospital de Oliveira de Azeméis estavam todas tomadas e tinham recebido doentes do Hospital de Santa Maria da Feira. Imaginem o que é que seria a situação em Santa Maria da Feira se não houvesse Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira, era absolutamente ingovernável, porque o hospital de Santa Maria da Feira atingiu pontos de rutura muito perigosa. Aliás foi visível a reação da administração, se nos recordarmos bem a forma como a Ordem dos Médicos reagiu à situação da Feira, lembram-se bem das declarações do Senhor Delegado Regional da Ordem dos Médicos dizendo que era mesmo absolutamente caótica a situação, que havia muita coisa que estava a ser posta em causa e nós, naturalmente, eu próprio aproveitei essa oportunidade para chamar a atenção da importância, e o Senhor Eng.º Joaquim

Jorge falou e bem, dos hospitais de complementar, porque muitas vezes fala-se só do Hospital de S. Sebastião em Santa Maria da Feira e é o Centro Hospitalar do Entre o Douro e Vouga, que tem outras duas unidades que são o Hospital S. Miguel em Oliveira de Azeméis e o Hospital de S. João da Madeira, são três hospitais. Vamos aguardar agora, julgo que é importante, logo que a nova administração seja nomeada, até sobre essa matéria há informações contraditórias. Há da nossa parte uma atenção especial, marcamos a nossa posição, pedimos esclarecimentos, pedimos informações e esperemos que as coisas voltem à normalidade, sabendo que a normalidade também não é uma coisa muito simpática porque os tempos de espera nas urgências do Hospital S. Sebastião, independentemente dos picos de afluência ou não, têm aumentado. Sobre isso também, há várias questões em cima da mesa, uma deles é o alargamento dos horários das Unidades de Saúde Familiares e dos atendimentos para que as pessoas quando vão à urgência sejam verdadeiras urgências e não situações que depois se vêm a verificar que não são tão graves. Há quem defenda que com os alargamentos dos horários até às 21h ou 22h das Unidades de Saúde Familiares poderia resolver ou desanuviar, porque há horas, isso está registado também, de maior afluência às urgências e é um bocadinho a essa hora porque as pessoas não têm onde recorrer e, portanto, vão às urgências quando muitas vezes não são verdadeiras urgências. Fica aqui o compromisso de que logo que haja Conselho de Administração nós pediremos uma reunião de trabalho ao novo Conselho de Administração para falar do nosso hospital e não só, também de tudo aquilo que diz respeito à saúde em Oliveira de Azeméis. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Faz todo o sentido impor a nossa presença no Conselho de Administração, é bem mais difícil para nós defendermos o Hospital S. Miguel sem termos um representante do nosso hospital, da nossa região, do nosso concelho no Conselho de Administração, era muito importante que o fizéssemos. Eu só trouxe este tema, porque o centro de tratamento oncológico que abriu em Santa Maria da Feira é um projeto privado, com uma estratégia clara e a estratégia clara é disputar aqueles que são os doentes oncológicos do Hospital de S. Sebastião. Fala-se também no interesse de privados em adquirir o Hospital de S. João da Madeira, portanto, digamos que há aqui uma estratégia concertada, porque esta zona do Entre o Douro e Vouga é uma zona apetecível para o investimento nesta área e noutras áreas, mas nesta em particular porque é uma área altamente rentável e, portanto, digamos que os privados, os grupos económicos, legitimamente, disputam este importante mercado e estão a usar todos os meios ao seu alcance para começar a criarem aqui algumas raízes. O Senhor Presidente continuou a prestar esclarecimentos: Quanto à intervenção do Senhor Vereador Manuel Alberto Pereira, eu pedia ao Vereador Isidro Figueiredo que pedisse à Eng.ª Andrea informação, eu não sei se os sobreiros devem estar juntos ou não, mas pelo menos perceber porque fizemos isso e qual a razão. Quanto às margens do Caima deixe-me dar-lhe nota do seguinte: nós temos, até na sequência dos acordos de execução que fizemos com as Juntas de Freguesia e muitas das intervenções que vão ter que se fazer fruto da nova legislação vão ter que ser feitas por empreitada e não por contrato de delegação de competências, nós temos a

empreitada das margens do Caima pronta a começar. Deixe-me só dar aqui uma explicação, que eu percebo e é evidente que à volta desta mesa o Prof. Manuel Alberto tenha um conhecimento no terreno ao longo da sua vida e da sua juventude que lhe permite falar com alguma propriedade desta matéria, sendo certo que temos depois um outro tipo de limitações. Eu chamo só a atenção para o seguinte: as Margens do Caima foram objeto de uma candidatura e a partir do momento que há candidatura e há uma fiscalização e uma inspeção às candidaturas os projetos não podem ser desvirtuados no processo e, portanto, às vezes as coisas estão a ser feitas, mas não se pode alterar mesmo que se constate que está mal, não se pode porque põe em causa o próprio financiamento da candidatura. Temos um exemplo disso, que é o viaduto da A32. Se repararem o troço cortado da A32 tem iluminação, raios de proteção tal como se fosse uma autoestrada para ser utilizada e quando aquilo estava a ser feito nos dissemos “não façam isso, dêem-nos os metros dos raides, dêem-nos as luzes, dêem-nos as luminárias” mas não podia ser, até ao murro onde acaba tinha de ter tudo. Porquê? Porque estava no projeto, senão estivesse a fiscalização vinha, não aprovava e eles não recebiam o dinheiro. Esta solução que o Vereador Manuel Alberto fala, é importante a referência que fez à limpeza das lagoas e o retirar de lá o entulho de anos e entulho perigoso, que era lamas da Fábrica do Papel. Depois há o efeito represa junto ao portão do hotel para canalizar as águas para as lagoas, mas é verdade que quando vem muita água não há represa que resista e a água passa por cima da represa. Vamos agora nesta nova empreitada, que é uma empreitada diferente que não tem fundos comunitários, que é uma empreitada nossa, até porque o empreiteiro fez tudo o que tinha que fazer, não houve nenhuma alteração, vamos chamar a atenção para esse e outros pormenores para procurarmos minimizar os impactos negativos ou para não estarmos a arranjar e daqui a dois ou três anos termos novamente problemas relativamente àquela matéria. É verdade que aquilo tem um fundamento técnico, foram muitos académicos que participaram naquela situação. A ideia é gira e interessante mas pode ter dificuldades de aplicação, até porque há outras formas de encher as lagoas, a primeira vez que as lagoas foram cheias foi de outra forma, foram os carros dos bombeiros que as foram encher. O que importa é que aquilo vai ficar tudo bonitinho e voltar a ser um lugar atrativo onde as pessoas gostam de estar. Quanto à questão da marcação das ruas tomei boa nota e já agora dizer que a Via do Nordeste vai ser também toda ela marcada, portanto, já foi feito esse trabalho de contratualização, era uma situação para além de uma questão política e aqui à volta desta mesa tinha sido falada várias vezes, mas também a GNR nos relatórios que nos faz de segurança tinha colocado essa situação como prioritária, tendo em conta o viajar à noite naquela estrada, ainda por cima há zonas de nevoeiro intenso e não tem luz em nenhum dos pontos e, portanto, dizer-vos que já está adjudicada a marcação da Via do Nordeste. Quanto ao Programa Aproximar Educação, ainda ontem numa conferência do Conselho Nacional da Educação, onde estiveram seiscentas pessoas a assistir, o Senhor Vereador de Matosinhos fez uma intervenção frenética de apoio ao programa, fê-lo de forma entusiástica. Neste processo e seguramente nós vamos discuti-lo aqui em sede de reunião de Executivo logo que haja novos

elementos, eu e o Senhor Vereador tivemos a oportunidade de estar nessa reunião, nessa longa reunião, em Lisboa e, portanto, a bola ficou toda do lado deles para depois nos mandarem e então podermos partilhar a informação. Eu acho que há um princípio fundamental nisto tudo, que é o princípio da confiança e da responsabilidade. Quanto à intervenção do Senhor Vereador Helder Simões, eu estou aqui com um problema logístico do ponto de vista do overbooking, porque eu tenho isto entregue ao Gabinete de Candidaturas e à Dra. Ângela Fernandes e ela tem estado de atestado, não está cá. Logo que tenha informação mando-lhe por email, não precisamos de esperar pela reunião, mas na questão do overbooking o importante não é as candidaturas, o importante é elas serem aceites e serem aprovadas. Quanto à questão da Indaqua eu tomei boa nota disso e vou ver que tipo de comunicação é essa, eu não tenho conhecimento. Senhora Vereadora Ana de Jesus, deixe-me dar-lhe nota do seguinte: é verdade, eu também tenho esse registo do nosso Tribunal fazer cinquenta anos, de o nosso Tribunal ser, apesar das condições logísticas não serem as mais adequadas neste momento, um edifício imponente. Os tribunais devem ser assim e não devem ser aqueles prédios que se alugam para ser tribunais. Eu próprio tive a oportunidade de escrever à Senhora Ministra da Justiça, assinalando esses cinquenta anos e dizer que uma infraestrutura com cinquenta anos precisa de ser requalificada e uma requalificação que não pode ser uma pequena requalificação, porque essa nós assumimos e temos vindo a fazer permanentemente isso, aliás é reconhecido pelo próprio Tribunal, mas naturalmente que ao fim de cinquenta anos a intervenção tem de ser mais profunda e, portanto, aquilo que eu solicitei à Senhora Ministra foi para que ela pudesse visitar o tribunal. Faz cinquenta anos durante o ano todo, assinala-se no dia 21 de fevereiro, mas vamos esperar que durante o ano nós possamos ter essa boa notícia. E a boa notícia para mim, e para todos nós, é que o Tribunal de Oliveira de Azeméis seja objeto de uma intervenção, de uma requalificação que permita mais e melhores condições a quem lá trabalha, mas também a quem precisa de recorrer à justiça para resolver os seus problemas. Portanto, nós quisemos e estávamos disponíveis para assinalar com toda a dignidade esses cinquenta anos, convidamos a Senhora Ministra para o efeito, ela não respondeu ainda a tempo, já não vai responder seguramente para o dia 21 de fevereiro, mas o convite e o desafio era o da requalificação do Tribunal. Eu acredito verdadeiramente que nós vamos ter essa boa notícia, vamos ter essa prenda da requalificação do nosso tribunal. Portanto, o Tribunal de Oliveira de Azeméis está na agenda política, naquilo que é a sua requalificação, julgo que o Ministério está, como outros Ministérios, à espera de sinais do Portugal 2020, como sabem há algumas indefinições. Estando na agenda política, eu espero que nós possamos ter boas notícias brevemente relativamente ao tribunal, porque julgo que paralelamente às outras questões, nomeadamente à reforma do mapa judiciário, a melhor notícia que podíamos ter era que o tribunal fosse requalificado e pudesse ser um edifício de referência em Oliveira de Azeméis, está no centro de Oliveira de Azeméis, faz parte da nossa história. Tudo isto já foi dito, foi escrito e vamos aguardar que a resposta seja positiva. Quanto à Calçada da Lomba, tomei boa nota. =====

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS:** *Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias cinco e dezoito do corrente mês, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *A Câmara tomou conhecimento da alteração de dotação para anos seguintes para a obra “Área de Acolhimento Empresarial de Ul/ Loureiro”, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== **APROVAÇÃO DE ATAS:** *O Senhor Presidente colocou à aprovação a ata nº 39, a qual foi aprovada por unanimidade.* =====

===== **PESSOAL** =====

===== **EXTINÇÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL DE UM POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA/ CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ENGENHARIA E GESTÃO INDUSTRIAL (REF. H) DO AVISO N.º 231 DE 28.11.2014) (I/13916/2015):** *Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Em 31.07.2014, foi pela Câmara Municipal aprovada abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para preenchimento de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior – Engenharia e Gestão Industrial, na Unidade Municipal do Desporto, Turismo, Cultura, Juventude e Tempos Livres, aberto por Aviso publicado no Suplemento ao D.R, II Série, n.º231, de 28.11.2014 e Declaração de Retificação publicada no D.R, II Série, n.º244, de 18.12.2014 para candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, previamente constituída; - Findo o prazo estabelecido para apresentação de candidaturas, o Júri constatou a impossibilidade de preenchimento do posto, por inexistência de candidatos, pelo que, o procedimento ficou deserto; - Que a Portaria n.º83-A/2009, de 22.01 (com a redação dada pela Portaria 145-A/2011, de 06.04), que regulamenta a tramitação do procedimento concursal, determina no n.º 1 do art.º 38.º: “Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 40.º, o procedimento concursal cessa com a ocupação dos postos de trabalho constantes da publicitação ou, quando os postos não possam ser totalmente ocupados, por: a) Inexistência ou insuficiência de candidatos à prossecução do procedimento”; - O novo enquadramento legal*

LOE/2015 (Lei n.º 82-B/2014 de 3.12). Proponho: Nos termos e pelos fundamentos referidos, que a Câmara Municipal delibere a cessação do identificado procedimento concursal, por inexistência de candidatos à prossecução do mesmo e demais efeitos legais, incluindo extinção do posto de trabalho.”Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A FAMOA- FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/13505/2015):** Da Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios na prossecução de uma política globalizante, de promoção do desenvolvimento local, sócio-cultural, desportiva e de tempos Livres, - Que a realização de projetos de carácter cultural, recreativa ou de lazer cultivam o espírito de grupo, a inserção na sociedade e ocupação de tempos livres, traduzindo-se em benefícios para as populações e especialmente para as camadas jovens; - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de atividades culturais e conseqüentemente de valorização e estímulo de iniciativas e projetos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objetivos; - Os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 1235/2015, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro. Proponho: - Ao abrigo da alínea u n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, que seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA), documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, tendo em vista a colaboração institucional para a realização do Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro “ Terras de La-Salette ” 2015.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ACADEMIA DE MÚSICA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS - CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS (I/11582/2015):** Da Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado pela Academia de Música de Oliveira de Azeméis, com vista à realização de um espetáculo de Música – E/3281/2015, que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: “Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente regulamento”; - Nos termos do n.º2 do art.º 7º do citado Regulamento, com a epígrafe “Cedência do equipamento”: “Os requerentes do

equipamento poderão ser excepcionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista na tabela; - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação à Academia de Música de Oliveira de Azeméis, ao abrigo designadamente do disposto no n.º2 do art.º 6º e n.º2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes da aplicação do Regulamento, sendo apenas cobrada a taxa mínima de utilização prevista.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== ASSOCIAÇÃO DAS OBRAS SOCIAIS DE S. VICENTE DE PAULO (CONFERÊNCIA MISTA S. MIGUEL) – CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS (I/13609/2015): *Da Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado pela Associação das Obras Sociais de S. Vicente Paulo (Conferência Mista S. Miguel), com vista à realização de espetáculo de beneficência em favor de uma criança com escoliose grave (Angariação de Fundos) – E/5558/2015, que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: “Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente regulamento”; - Nos termos do n.º2 do art.º 7º do citado Regulamento, com a epígrafe “Cedência do equipamento”: “Os requerentes do equipamento poderão ser excepcionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista na tabela; - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação à Associação das Obras Sociais S. Vicente Paulo (Conferência Mista S. Miguel), ao abrigo designadamente*

do disposto no n.º2 do art.º 6º e n.º2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes da aplicação do Regulamento, sendo apenas cobrada a taxa mínima de utilização prevista.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ACÇÃO SOCIAL** =====

===== **MINUTA DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, S.A. (I/13948/2015):** Da Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O empenho do Município de Oliveira de Azeméis na inclusão social, na promoção de atividades e projetos que contribuam para a coesão social, a nível local e nacional, privilegiando a promoção da qualidade de vida da população, particularmente no que respeita aos seniores, bem como a dinamização de respostas sociais adequadas às necessidades locais; - Que os municípios dispõem de atribuições designadamente no domínio da saúde, ação social e promoção do desenvolvimento (alínea g), h) e m) do n.º2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro); - Que o programa de Turismo de Saúde - “Termalsenior”, entre outros, desenvolvidos nas Termas de S. Jorge, tem como principais objetivos: Melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos seniores; Possibilitar o acesso e usufruto de um período de férias e lazer; Estimular a interação social, enquanto fator de combate à solidão e exclusão; - A criação e realização de vários programas/projetos na área da Saúde (nomeadamente Programa Desportivo Viver Melhor; Projeto Cuidar de Quem Cuida), e diversas ações de sensibilização no âmbito da promoção de estilos de vida saudáveis; - Que compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças, proponho: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração com a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A., documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, que define os termos da cooperação entre os outorgantes com vista à promoção da saúde.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **REGULAMENTO MUNICIPAL DO CARTÃO MUNICIPAL SÉNIOR – APROVAÇÃO (I/13988/2015):** Da Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a Câmara Municipal, em reunião de 18.12.2014 deliberou aprovar o Projeto de Regulamento do Cartão Municipal Sénior bem como a sua sujeição a apreciação pública, nos termos previstos no artigo 116.º, 117.º e 118.º do CPA, tendo para o efeito sido efetuada a publicitação no Boletim Municipal Digital, em 29.12.2014; - Constatou-se que, após

conferência dos prazos, foram cumpridos os normativos legais, não tendo dado entrada de sugestões; - Pela Divisão Municipal de Ação Social, foram efetuadas algumas pequenas correções que não alteram, substancialmente, o conteúdo da proposta do projeto inicial. Propõe-se: - Que a Câmara Municipal delibere dar a sua anuência ao presente Regulamento, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, bem como, submetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação; - Que se determine a posterior publicitação do referido Regulamento nos termos legais.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **REGULAMENTO MUNICIPAL DO CARTÃO MUNICIPAL DE FAMÍLIA NUMEROSA – APROVAÇÃO (I/13996/2015):** Da Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a Câmara Municipal, em reunião de 18.12.2014, deliberou aprovar o Projeto de Regulamento do Cartão Municipal de Família Numerosa, bem como, a sua sujeição a apreciação pública, nos termos previstos no artigo 116.º, 117.º e 118.º do CPA, tendo para o efeito sido efetuada a publicitação no Boletim Municipal Digital, em 29.12.2014; - Constatou-se que, após conferência dos prazos, foram cumpridos os normativos legais, não tendo dado entrada de sugestões; - Pela Divisão Municipal de Ação Social, foram efetuadas algumas pequenas correções que não alteram, substancialmente, o conteúdo da proposta do projeto inicial. Propõe-se: - Que a Câmara Municipal delibere dar a sua anuência ao presente Regulamento, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, bem como, submetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação; - Que se determine a posterior publicitação do referido Regulamento nos termos legais.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **REGULAMENTO MUNICIPAL DO PROGRAMA DE EMERGÊNCIA SOCIAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (PES-OAZ) – APROVAÇÃO (I/14001/2015):** Da Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a Câmara Municipal, em reunião de 18.12.2014 deliberou aprovar o Projeto de Regulamento do Programa de Emergência Social de Oliveira de Azeméis (PES-OAZ), bem como a sua sujeição a apreciação pública, nos termos previstos no artigo 116.º, 117.º e 118.º do CPA, tendo para o efeito sido efetuada a publicitação no Boletim Municipal Digital, em 29.12.2014; - Constatou-se que, após conferência dos prazos, foram cumpridos os normativos legais, não tendo dado entrada de sugestões; - Pela Divisão Municipal de Ação Social, foram efetuadas algumas pequenas correções que não alteram, substancialmente, o conteúdo da proposta do projeto inicial. Propõe-se: - Que a Câmara Municipal delibere dar a sua anuência ao presente Regulamento, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, bem como, submetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação; - Que se determine a posterior

publicitação do referido Regulamento nos termos legais.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **AMBIENTE** =====

===== **REGULAMENTO MUNICIPAL DE RUÍDO – APROVAÇÃO (I/11542/2015):**

Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que foi aprovado em Reunião de Câmara de 6 de novembro de 2014, o projeto de regulamento municipal de ruído; - Que o mesmo esteve em apreciação pública pelo prazo de trinta dias, nos termos do artigo 117.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo; - Que o prazo de apreciação pública terminou a 7 de janeiro de 2015 não tendo sido apresentada qualquer sugestão, proponho: - Se remeta à Assembleia Municipal o Regulamento Municipal de Ruído, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, nos termos da alínea ccc), nº1 do artigo 33º do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro para efeitos da alínea g) do nº1 do artigo 25º do diploma referido.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **FINANCAS E CONTABILIDADE** =====

===== **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS E DE PRODUTORES PARA A VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS TRADICIONAIS PORTUGUESES – QUALIFICA – PAGAMENTO DE QUOTA ANUAL (I/10927/2015):**

Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Na sequência das deliberações das Reuniões de Câmara de 15 de Abril de 2008 e de 5 de Agosto de 2008, que aprovam a adesão da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis à Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses - QUALIFICA, bem como a aceitação dos seus respetivos Estatutos, proponho que seja autorizado o pagamento da quota anual no valor de 2.165€ (dois mil cento e sessenta e cinco euros) correspondentes ao ano de 2015 e seguintes. Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível o nº 1234 de 2015, conforme determina a Lei nº8/2012 de 21 de Fevereiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – PAGAMENTO DE QUOTA ANUAL (I/12065/2015):**

Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo sido rececionada a fatura nº 13/2015 da Associação Nacional de Municípios Portugueses, referente à quota anual do ano de 2015. Proponho: A aceitação do pagamento da quota anual de 2015, no valor de 5.854,00€ (cinco mil oitocentos e

cinquenta e quatro euros à Associação Nacional de Municípios Portugueses. Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo o compromisso de fundo disponível nº 1236/2015, conforme determina a Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **TOPONÍMIA** =====

===== **PROPOSTA DE ADITAMENTO ÀS TOPONÍMIAS DE TRAVANCA, PINHEIRO DA BEMPOSTA, S. ROQUE, CUCUJÃES E PINDELO (I/11612/2015): PELO VEREADOR DR. RICARDO TAVARES, FOI APRESENTADA A SEGUINTE PROPOSTA:**

Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Na sequência de proposta da Câmara Municipal para alteração e atribuição de novos topónimos e após parecer favorável da Comissão de Toponímia reunida a vinte e oito de Janeiro último, junto seguem as Propostas de Aditamento às Toponímias do Pinheiro da Bemposta, Travanca, São Roque, Cucujães e Pindelo, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PI/505/2015 - ACÚSTICA MÉDICA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS (I/13942/2015):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Á reunião de Câmara para ratificação do meu despacho, de 11/02/2015, que se transcreve: "Defere-se o pedido de autorização de ocupação do espaço público com unidade móvel de rastreio auditivo, face ao parecer favorável da Junta de Freguesia, com isenção do pagamento de taxas por se tratar de uma iniciativa de interesse público. Elabore-se proposta de ratificação desta minha decisão de isenção, na próxima reunião de Câmara.”” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

REUNIÃO PÚBLICA MENSAL – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

===== Pelo Senhor Presidente foi declarado aberto o período de intervenção do público, tendo usado da palavra o representante da Associação VerdeCerto, que fez a seguinte intervenção: Eu pertenço à Associação VerdeCerto, sou um dos fundadores. Esta Associação é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos. Pretendemos construir um projeto de controlo populacional de animais de estimação e venho apresentar esse projeto. A situação que

nos está a preocupar neste momento é o Canil Intermunicipal, em que todos os animais que são adotados lá não estão a ser esterilizados e é uma situação que nos preocupa, porque nós estamos a tentar combater a superpopulação dos animais e o Canil Intermunicipal desta forma está a ajudar com que haja ainda mais animais a serem adotados e a se reproduzirem. Sei que estão a fazer agora uma pequena mudança, ou seja, fazer esterilização nas cadelas pertencentes a pessoas carenciadas, já é alguma coisa que está a mudar, mas além disso nós queremos efetivamente que fossem esterilizados todos os animais domésticos, aí a luta é completa e no futuro ia haver um menor número de animais abatidos e animais abandonados. Outra situação que nos preocupa são os animais de rua, que não são capturados pelos funcionários do canil, não é por culpa deles, é por culpa dos animais que não são fáceis de capturar, são animais desconfiados, são animais que já nasceram na rua, são selvagens e continuam a se reproduzir na via pública. Nós como associação temos um projeto que é o CED (capturar, esterilizar, devolver), sabemos que a lei portuguesa diz que não podemos ter animais na via pública, mas não há nada a fazer, é como o cancro da pobreza, vai haver sempre pobreza, assim como os animais de rua vão sempre existir e a única maneira para controlar esta situação é com o CED. Esterilizarmos, desparasitarmos, damos a vacina para estarem com uma saúde digna na via pública e por fim acompanhamos com a alimentação, alguns municípios já o fazem. Basicamente é este o nosso projeto. A situação de esterilizar animais de ruas é a nossa força e depois fazer campanhas de esterilização, que basicamente é falar com as clínicas para fazerem preços reduzidos nas esterilizações. A Câmara registou. =====

*===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====*

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

*===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 11h e 30m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,
, na qualidade de secretária a redigi. =====*